

ENVELHECIMENTO E ASSIMETRIAS TERRITORIAIS EM PORTUGAL

AGING AND TERRITORIAL ASYMMETRIES IN PORTUGAL

Sílvia Sara Sousa Saramago

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa / CIES-Instituto Universitário de Lisboa

ssso@iscte.pt

ORCID: 0000-0009-8358-6662

DOI: <https://doi.org/10.34628/4v4y-6c06>

Data de submissão / Submission date: 06.04.2023

Data de aprovação / Acceptance date: 01.08.2023

Resumo: As características, potencialidades e lacunas da morfologia dos territórios encontram-se em permanente diálogo com a diversidade quotidiana das existências concretas das populações de um modo geral, exercendo também importantes influências nos modos como o seu envelhecimento acontece.

Portugal enfrenta, não apenas os desafios derivados do acentuado crescimento do grupo etário dos maiores de 65 anos, como também – em linha com as tendências de alongamento dos ciclos de vida – os desafios inerentes à existência de uma proporção crescente de adultos que alcançam idades cada vez mais avançadas.

Neste texto abordam-se os principais aspetos da dimensão territorial do processo de envelhecimento. Identificam-se os seus principais fatores e reconhece-se a urgência de adaptar as lógicas de planeamento e gestão dos territórios aos perfis demográficos de uma população crescentemente envelhecida.

Parte-se do pressuposto que diferentes territórios proporcionam distintas condições, oportunidades e/ou constrangimentos aos percursos e à qualidade de vida das pessoas mais velhas, assumindo aqui particular relevância as assimetrias que distinguem os contextos rurais de baixa ou muita baixa densidade populacional e os contextos urbanos de alta densidade populacional.

A um acentuado desfasamento geográfico verificado nas taxas de cobertura das principais respostas sociais dirigidas aos maiores de 65 anos (Centros de Dia, Serviços de Apoio Domiciliário e Estruturas Residenciais Para Pessoas Idosas), adicionam-se desigualdades nas condições objetivas da sua vida quotidiana materializadas nas diferenças do rendimento disponível, condições de habitação, mobilidade e acesso a bens e serviços básicos, nomeadamente serviços públicos de saúde.

Este texto inscreve-se nos trabalhos de revisão de literatura para elaboração de tese de doutoramento em Serviço Social pelo

ISCTE-IUL, financiados por meio de bolsa de mérito de 3º ciclo atribuída pela instituição universitária acima referida no período 2021/2022 - 2023/2024.

Palavras-chave: Pessoas mais velhas; Portugal; Assimetrias; Territórios; Acessibilidades.

Abstract: The features, potentialities, and gaps in the morphology of territories are in permanent dialogue with the diversity of populations in general. Also exert important influences on the way in which their ageing takes place.

Portugal faces not only the challenges arising from the sharp growth of the over 65 age group, but also - in line with the trends of lengthening life cycles - the challenges of a growing proportion of elderly people reaching increasingly advanced ages.

This paper addresses and identifies the main aspects of the territorial dimension of the ageing process, recognizing the urgency of adapting the territorial planning and management to the demographic profiles of an increasingly aging population.

It is assumed that different territories provide unlike conditions, opportunities and/or constraints to the paths and quality of life of elderly people, with relevance in the asymmetries that distinguish rural contexts of low or very low population density and urban contexts of high population density.

It is recognized a marked geographical gap in the coverage rates of the main social responses directed at the elderly (Day Centers, Home Support Services and Residential Care Structures), along with effective inequalities in the daily life objective conditions, present in the differences of disposable income, housing conditions, mobility and access to basic goods and services, namely public health services.

This paper is part of the literature review for the preparation of a doctoral thesis in social work by ISCTE-IUL, being financed through a scholarship awarded by the mentioned institution in the period 2021/2022 - 2023/2024.

Keywords: Elderly people; Portugal; Asymmetries; Territories; Accessibilities.

Contextualização e objetivos

As características, potencialidades e lacunas da morfologia dos territórios encontram-se em permanente diálogo com a diversidade quotidiana das existências concretas das populações de um modo geral, exercendo também importantes influências nos modos como o seu envelhecimento acontece.

Portugal enfrenta, não apenas os desafios derivados do acentuado crescimento do grupo etário dos maiores de 65 anos, como também – em linha com as tendências de alongamento dos ciclos de vida – os desafios inerentes à existência de uma proporção crescente de adultos que alcançam idades cada vez mais avançadas.

Este texto surge no âmbito das revisões de literatura para elaboração de tese de doutoramento em Serviço Social pelo ISCTE-IUL, financiada por meio de bolsa de mérito de 3º ciclo atribuída pela instituição universitária acima referida no período 2021/2022 – 2023/2024.

Nas páginas seguintes abordam-se os principais aspetos da dimensão territorial do processo de envelhecimento e identificam-se os seus principais fatores, reconhecendo-se a urgência de adaptar as lógicas de planeamento e gestão dos territórios aos perfis demográficos de uma população crescentemente envelhecida.

As dimensões territoriais do envelhecimento

O estudo dos grandes movimentos demográficos dos últimos 60 anos em Portugal, mostra-nos uma clara tendência para o aumento da proporção de indivíduos com 65 ou mais anos que habitam sós ou com outros elementos do seu grupo etário, sendo possível estabelecer ligação estreita entre a diminuição da dimensão média das unidades domésticas e o aumento do número de famílias ex-

clusivamente compostas por pessoas mais velhas. Verifica-se também que a proliferação de unidades domésticas compostas por uma pessoa com idade igual ou superior a 65 anos tende a acentuar-se no interior do país, começando a estender-se ao litoral, sobretudo a partir da primeira década de 2000 e implicando mais mulheres do que homens. (Bandeira, 2014).

Amílcar Moreira define quatro domínios fundamentais de intervenção na promoção da segurança das pessoas mais velhas: a segurança relativa a condições dignas de habitabilidade; a segurança física, materializada na promoção do sentimento de proteção no ambiente social e na habitação onde se reside; a segurança sanitária, ou seja, a possibilidade de usufruir da prevenção eficaz de doenças crónicas ou incapacitantes e ainda a segurança económica, isto é, a capacidade de verificar condições materiais de vida dentro de padrões considerados dignos (Moreira, 2021).

Desde logo importa convocar os contextos de existência em que as condições materiais e objetivas do espaço físico da habitação não são reconhecidas como conferindo dignidade suficiente a quem lá habita (nem a quem cuida se aplicável) e/ou quando o contexto geográfico dita o enfraquecimento das redes familiares, intergeracionais e de vizinhança e alimenta o isolamento e a exclusão social das pessoas mais velhas.

A ausência de condições mínimas necessárias para manter as pessoas mais velhas nos domicílios e comunidades onde desenvolveram laços sociais significativos, garantindo a sua segurança e dignidade, entre outros fatores fundamentais, tem legitimado a função social dos alojamentos coletivos para pessoas mais velhas. Assim sendo, refletir sobre a dimensão territorial do envelhecimento não poderá deixar de atribuir lugar às Estruturas Residenciais Para Pessoas Idosas - ERPI -, sublinhando-se a importância da adequação desta resposta social às implicações que as dinâmicas da territorialidade produzem nos trajetos de vida e nas experiências dos atuais e futuros utilizadores. Importa afirmar a falácia do modo padronizado como estas respostas se vão implementando no território português, sem atender à enorme relevância que as relações dos indivíduos com os seus diferentes contextos físicos de inserção

produzem nos correspondentes processos de envelhecimento e por esta via, nas necessidades da vida quotidiana presente e nas expectativas da vida futura.

Reconhecendo no Estado a responsabilidade pública de garantir a universalidade dos direitos sociais e do bem-estar coletivo, importa assegurar o princípio da diversidade e da flexibilidade das respostas construídas com base em lógicas de proximidade comunitária que permitam a manutenção dos laços, hábitos, práticas e representações culturais e sociais que as pessoas mais velhas foram construindo ao longo dos seus percursos de vida. Fundamental é, também, a garantia do princípio da qualidade centrado numa gestão eficaz dos meios disponíveis (Cardoso, 2021; Albuquerque, 2021), assumindo particular importância a sustentabilidade das respostas sociais (Paúl, 2021) face à escassez de recursos que cada vez mais atinge os países com maiores índices de envelhecimento enquanto problema transversal ao modelo de proteção social dominante na maioria do cenário europeu.

Por outro lado, é fundamental garantir a defesa dos direitos e a atribuição de visibilidade às expectativas das pessoas mais velhas (Ferreira, 2021), por meio da capacitação das próprias escolhas em todos os domínios das suas existências sociais e de oportunidades de participação continuada e efetiva nas esferas mais alargadas da vida comunitária e social (Moreira, 2021; Cardoso, 2021).

Destacar, no âmbito dos espaços habitacionais, a relevância da questão da mobilidade (Moreira, 2020; São José, 2021), enquanto promotora de autonomia e independência e como elemento facilitador de acesso a bens e serviços essenciais, como produtos de alimentação, higiene e conforto pessoal e serviços de saúde, por exemplo. Referir, de forma bastante positiva, as iniciativas locais que vão sendo promovidas por algumas autarquias no sentido de proporcionar transportes públicos gratuitos ou a custos simbólicos aos maiores de 65 anos residentes nestes territórios. Verifica-se que o grau de acessibilidade a cuidados e serviços de saúde constitui um indicador importante na perceção da própria qualidade de vida pelas pessoas mais velhas habitantes do território português, encaixando a lista das prioridades verbalizadas pelos elementos deste

grupo social (Moreira, 2020).

Abordar o fenómeno social do envelhecimento implica analisar também a questão do rendimento mensal disponível às pessoas mais velhas e todas as implicações inerentes, nomeadamente no conjunto de possibilidades e/ou limitações que este fator produz num leque vasto de condições materiais de existência. Sabemos que em 2021 foi entregue uma pensão de velhice ou invalidez inferior ao salário mínimo nacional a 1,6 milhões de pensionistas da Segurança Social. Atendendo ao total de pensões pagas por esta entidade, verifica-se que 72% dos pensionistas de velhice e 87% dos pensionistas de invalidez receberam menos de 665€, ou seja, valor inferior ao salário mínimo no ano em apreço (Pordata (2022, outubro,17).

Num estudo realizado em 2020, Maria João Guardo Moreira refere que é notória a tendência para a condição socioeconómica das pessoas mais velhas residentes em contexto rural ser mais desfavorável, sobretudo para os maiores de 75 anos. A título de exemplo, a autora refere que 59% das pessoas mais velhas inquiridas habitantes nos concelhos rurais de Portalegre, Castelo Branco e Guarda referem não dispor de rendimentos para fazer face a uma despesa inesperada. Este número aumenta para 68% nos indivíduos com 80 e mais anos, sendo que para os inquiridos em contexto urbano se localiza respetivamente nos 51,4% e 52,2% (Moreira, 2020, pp.25-26).

Portugal: Um território de contrastes

No âmbito da presente reflexão, assume importância o reconhecimento da heterogeneidade geográfica do território português, materializada em distintas realidades presentes, por exemplo, nas dicotomias clássicas rural/urbano e interior/litoral e produtora de alteridades significativas nas condições objetivas (e também simbólicas) da vida quotidiana das populações mais velhas, nomeadamente no que se refere ao acesso a bens e serviços e à mobilidade (Cabral, M. & Pedroso, P., 2021).

A morfologia do território tem um papel muito significativo nos processos de envelhecimento, sendo que envelhecer tendo como cenário uma grande cidade localizada no litoral português,

é bastante distinto do que envelhecer no palco de uma aldeia do interior do país, por exemplo (Ferreira, 2021). Alguns tratados internacionais recentes destacam a importância da redefinição das interdependências na identificação e construção dos níveis de intervenção territorial, repensando-se as interligações entre o local, o regional, o nacional e o global. Refira-se, a título de exemplo, a “Global Shapers Community” norteada pelo princípio “*shaping up to global issues with local solutions*” (WEF, 2015; WEF 2020-2021)¹.

Os contrastes significativos entre a densidade² do povoamento das áreas predominantemente urbanas (453,7) e rurais (22,0) e entre as áreas costeiras (423,8) e as áreas não costeiras (64,6) (INE, 2023b) elucidam sobre a dimensão das assimetrias geográficas que caracterizam o território português, convocando um conjunto de desafios específicos e distintos no que diz respeito ao grupo dos maiores de 65 anos: envelhecer em contextos de grande densidade ou envelhecer em ambientes de baixa densidade populacional pode traduzir-se em experiências quotidianas bastante distintas e convocar um conjunto, também ele bastante distinto, de necessidades e expectativas. Tais assimetrias marcam também presença no que diz respeito às taxas de cobertura das principais respostas sociais dirigidas às pessoas mais velhas, isto é, Centros de Dia, Serviços de Apoio Domiciliário e Estruturas Residenciais Para Pessoas Idosas. De acordo com as informações presentes no Relatório da Carta Social³, no ano de 2020 e em território continental, a taxa média de cobertura destas respostas situou-se nos 12,5%, verificando-se que as zonas mais densamente povoadas do território, isto, é as áreas metropolitanas

¹ Fundada em 2011 trata-se de uma rede de jovens com idades inferiores a 30 anos cujo objetivo é o diálogo, a ação e a mudança no plano local, com repercussões a nível mundial. Dez anos após a sua fundação esta rede contava com cerca de 14 mil membros em 450 cidades de 150 países (WEF, 2015, janeiro, 21-24).

² “Densidade populacional: Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).” (INE, Consulta de 2023, março 24 a https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0008337&lingua=PT)

³ Os dados mais recentes pertencem ao ano de 2020

de Lisboa e Porto e ainda o litoral algarvio, evidenciaram taxas de cobertura abaixo da média nacional (GEP, 2020).

Das conclusões retiradas do último recenseamento da População e da Habitação realizado pelo Instituto Nacional de Estatística em 2021, algumas afiguram-se particularmente relevantes para a presente reflexão: do número total de habitações utilizadas como residência habitual, apenas 34% disponham de acessibilidade⁴ à entrada para cadeira de rodas, o que significa que 66% dos alojamentos não estavam preparados para acolher pessoas com mobilidade reduzida. No que diz respeito à proporção de habitações com acessibilidade a cadeira de rodas, verificou-se a existência de uma variação bastante significativa nas diversas regiões do país, sendo que os números mais expressivos se registam a norte da zona urbana de Lisboa, na faixa litoral (INE, 2023a).

Por outro lado, e no que respeita às condições de acessibilidade dos edifícios com diversos pisos de alojamentos, apurou-se que 85,2% dos edifícios com 4 pisos não dispunham de elevador, nem 61% dos edifícios com 5 pisos, assim como 4,8% dos edifícios com 6 pisos. Articulando estes dados com a época de construção dos edifícios, verifica-se que do total dos prédios sem elevador e com 5 ou mais pisos, 52,3% são anteriores a 1980 e 38,8% dizem respeito a construções levadas a cabo entre 1981 e 2000 (INE, 2023a). Se por um lado estes números permitem destacar positivamente a tendência de adequação das construções mais recentes, por outro lado coloca-se a descoberto a necessidade de requalificação de parte do edificado – nomeadamente de construção anterior a 1980 – no sentido de se adequar à mobilidade reduzida.

Termina-se referindo dois indicadores relacionados com o nível de conforto habitacional, para destacar que 30,2% dos alojamentos portugueses não dispõem de qualquer tipo de aquecimento, percentagem correspondente a 1.250.913 alojamentos (INE, 2023b).

⁴ “Nas situações em que entre a rua e a entrada do alojamento existam degraus ou outros obstáculos que impeçam a circulação de uma cadeira de rodas de forma autónoma, os alojamentos são considerados como não sendo acessíveis.” (INE, 2023a:31)

O cruzamento de informações sobre as condições de habitabilidade com o grupo etário dos seus ocupantes, permite verificar que em mais de 30% das habitações portuguesas com apenas um indivíduo maior de 65 anos existem dificuldades de aquecimento, sendo que 25% destes edifícios revelam simultaneamente problemas com humidade e ao nível do isolamento de águas (São José, 2021).

As breves informações estatísticas acima apresentadas testemunham as acentuadas assimetrias que caracterizam a atual realidade portuguesa da vida quotidiana das pessoas maiores de 65 anos, de onde importa sublinhar a precariedade quotidiana das condições sociais de existência da sua parcela mais desfavorecida, assim como a desadequação de parte significativa dos contextos físicos envolventes às necessidades específicas deste grupo social.

Uma intervenção social presente e futura que urge concertar

As projeções demográficas relativas ao envelhecimento populacional em território português são preditoras da dimensão e implicações multidimensionais dos desafios que se avizinham.

Tomando como período de referência o intervalo entre 2018 e 2080, o Instituto Nacional de Estatística prevê que o número de pessoas com 65 ou mais anos vai evoluir de 2,2 para 3 milhões, num contexto em que o índice de envelhecimento atinge os 300 adultos mais velhos por cada 100 jovens em 2080. A região mais envelhecida do território português será a Região Autónoma da Madeira, onde se prevê que os valores atinjam as 429 pessoas mais velhas por cada 100 jovens. Prevê-se também que a região menos envelhecida será o Algarve, com um índice de 204 maiores de 65 anos para 100 jovens. Estima-se que a população em idade ativa (isto é, entre os 15 e os 64 anos) possa diminuir para 4,2 milhões, sendo que em 2018 este número era igual a 6,6 milhões. Por consequência, o índice de sustentabilidade potencial⁵ tende a diminuir acentuadamente, passando de 259 para 138 pessoas em idade ativa, por cada 100 pessoas

⁵ Ou seja, o quociente entre o número de pessoas com idades dos 15 aos 64 anos e o número de pessoas com 65 e mais anos (INE, 2020, março, 31).

mais velhas no período entre 2018 e 2080 (INE, 2020, março, 31).

A urgência de uma abordagem devidamente informada e concertada das dinâmicas populacionais, não é pertença do domínio das ciências sociais e humanas e está longe de se esgotar no seu âmbito. Todas as áreas de conhecimento científico com intervenção na organização dos territórios – como a arquitetura, a engenharia e a gestão, por exemplo – terão importantes contributos na esfera dos planeamentos, intervenções e requalificações que se mostrem inclusivos das necessidades específicas das pessoas no decurso do seu processo de envelhecimento, atendendo ao contexto em que se encontram inseridas.

Embora escassos, os estudos que se debruçam sobre as manifestações de vontade das pessoas mais velhas acerca do seu futuro, apontam para a importância atribuída à permanência nas suas próprias casas e na comunidade com a qual se identificam (Goes et al., 2020; Moreira, 2020). Ressalta daqui a necessidade do redesenho dos espaços habitacionais – desde o interior das habitações, aos seus acessos exteriores e aos contextos físicos envolventes – que se mostre adequado às necessidades que, de um modo geral, tendem a acompanhar os processos de envelhecimento nas suas fases mais avançadas. Em causa está a necessidade de redesenhar e replanear parte considerável dos espaços físicos onde vive a população portuguesa atualmente, a par com a necessidade de políticas públicas transversais e concertadas neste domínio, pela mão de decisores informados do ponto de vista científico e atentos às especificidades e alteridades geograficamente localizadas. A integração e reconhecimento de tais assimetrias geográficas afigura-se fundamental e decisivo nas fases de planeamento, implementação, gestão e avaliação de medidas públicas empenhadas num reordenamento do território de forma inclusiva para as pessoas mais velhas.

Uma última nota para sublinhar a dimensão territorial do processo de envelhecimento como apenas um dos diversos aspetos da questão multifacetada que é o envelhecimento populacional. Apenas uma abordagem verdadeiramente multidisciplinar, capaz de convocar, envolver e sensibilizar elementos-chave de todos os quadrantes científicos, económicos, políticos e sociais – e por esta

via verdadeiramente mobilizadora e transformadora das práticas e representações neste domínio – se afigura como resposta adequada e plena aos enormes desafios que o envelhecimento da população traz, e trará em muito maior escala, a Portugal.

Referências bibliográficas

- Albuquerque, J. (2021). As políticas públicas na proteção dos idosos. Uma perspetiva jurídica. Em M. Cabral & P. Pedroso (Coords.). *Políticas públicas na longevidade* (pp.347-371). Edições Santa Casa.
- Bandeira, M. (Dir.). (2014). *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa. 1950-2011 Evolução e perspectivas*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. <https://www.ffms.pt/pt-pt/estudos/dinamicas-demograficas-e-envelhecimento-da-populacao-portuguesa>
- Cabral, M. & Pedroso, P. (Coords.). (2021). *Políticas públicas na longevidade*. Edições Santa Casa.
- Cardoso, J. (2018). Velhice, Sociedade e Serviço Social. *Intervenção Social*, (51/52), 153–167. <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/is/article/view/2905>
- Cardoso, J. (2021). Intervenção como perita pelo ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa. Em M. Cabral & P. Pedroso (Coords.), *Políticas públicas na longevidade* (pp. 275-293). Edições Santa Casa
- Diogo, F. (Coord.). (2021). *Os reformados. Trajetos e quotidianos de pobreza em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. https://www.ffms.pt/sites/default/files/2022-09/anexo_i_os_reformados_trajetos_e_quotidianos_da_pobreza_em_portugal.pdf
- Ferreira, S. (2021). Intervenção como perita pela Universidade de Coimbra. Em M. Cabral & P. Pedroso (Coords.), *Políticas públicas na longevidade* (pp. 321-329). Edições Santa Casa
- Goes, M., Oliveira, H., Ferreira, R., & Vieira, J. (2020). Envelhecimento demográfico e individual num contexto rural extenso de muito baixa densidade populacional – proposta de cuidados de saúde em continuidade e proximidade. Em M. Faria, J. Ramalho, A. Nunes, & A. Fernandes (Coord.) *Visões sobre o envelhecimento* (pp. 237-255). Instituto Politécnico de Beja. <http://repositorio.ipbe>

- ja.pt:8080/bitstream/20.500.12207/5193/4/VIS%C3%95ES%20SOBRE%20O%20ENVELHECIMENTO.pdf
- Instituto Nacional de Estatística I.P. - INE (2020, março, 31). *Projeções de população residente 2018-2080*. Consulta de 2023, março, 22 a https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=426127543&att_display=n&att_download=y
- Instituto Nacional de Estatística I.P. - INE. (2023a). O que nos dizem os censos sobre dinâmicas territoriais. e-ISBN 978-989-25-0636-4. Consulta de 2023, março 23, a https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=66320870&PUBLICACOESmodo=2
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. - INE (2023b). O que nos dizem os censos sobre a habitação. e-ISBN 978-989-25-0635-7. Consulta de 2023, março, 23 a https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=66323830&PUBLICACOESmodo=2
- Gabinete de estratégia e planeamento - GEP (2020). *Carta social. Rede de serviços e equipamentos. Relatório 2020*. Ministério do trabalho, solidariedade e segurança social <https://www.gep.mtsss.gov.pt/documents/10182/81866/csocial2020.pdf/df44fadb-b9d-1-40e6-af40-0bb96ead158f>
- Moreira, M. (2020). *Como envelhecem os portugueses*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/7409/1/2020_como-envelhecem-os-portugueses-envelhecimento-saude-idadismo-pdf.pdf
- Moreira, A. (2021). Intervenção como perito pelo Instituto de Ciências Sociais. Em M. Cabral & P. Pedroso (Coords.). *Políticas públicas na longevidade* (pp. 249-262). Edições Santa Casa
- Paúl, C. (2021). Intervenção como perita pela Universidade do Porto. Em M. Cabral & P. Pedroso (Coords.). *Políticas públicas na longevidade* (pp.331-345). Edições Santa Casa
- Pordata (2022, abril). Agregados domésticos privados unipessoais: total e de indivíduos com 65 e mais anos. Consulta de 2023, março, 23 a <https://www.pordata.pt/portugal/agregados+domesticos+privados+unipessoais+total+e+de+indivíduos+com+65+e+mais+anos-822>

- Pordata (2022, outubro,17). *Pordata divulga dados que retratam a pobreza em Portugal e na Europa*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Consulta de 2023, março, 23 a https://www.ffms.pt/sites/default/files/2022-10/CI_09_Pordata_Dia%20Erradica%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pobreza_17.10.22.pdf
- Rosa, M.J. (2021). Intervenção como perita Universidade Nova de Lisboa. Em M. Cabral & P. Pedroso (Coords.). *Políticas públicas na longevidade* (pp.237-247). Edições Santa Casa
- São José, J. (2021). Intervenção como perito pela Universidade do Algarve. Em M. Cabral & P. Pedroso (Coords.). *Políticas públicas na longevidade* (pp.295-317). Edições Santa Casa
- World Economic Forum - WEF (2015, janeiro, 21-24). *Annual meeting. The new global context*. Switzerland. https://www3.weforum.org/docs/WEF_AM15_Report.pdf
- World Economic Forum - WEF (2021). *Annual report 2020-21*. https://www3.weforum.org/docs/WEF_Annual_Report_2020_21.pdf